

Portugal, África e a Cooperação Internacional em Defesa

Ricardo Dias da Costa

Major de Artilharia. Mestre em Estudos Europeus pela Universidade de Coimbra (UC). Pós-graduado em Direito Europeu pela Faculdade de Direito da UC, em Estudos sobre a Europa pela Faculdade de Letras da UC e em Estudos da Paz e da Guerra pela UAL. Possui o Curso de Estado-Maior do IESM.

Resumo

No contexto da atual ordem internacional, onde a globalização tem aumentado a interdependência entre os vários atores do sistema internacional, Portugal tem desenvolvido relações externas, tanto de uma forma multilateral, como bilateral, sendo o principal esforço da cooperação dirigido para os Países de Língua Oficial Portuguesa. Nesse sentido, assistimos no mês passado à inauguração, com honras de Estado, da nova sede da CPLP no Palácio do Conde de Penafiel em Lisboa, espelho claro da intenção de aprofundar ainda mais os laços com os países que falam a mesma língua e, em especial, com os PALOP.

Naturalmente que a cooperação em matérias de defesa desenvolvida com os PALOP pelas Forças Armadas não pode estar dissociada dos objetivos definidos para a Política Externa Portuguesa, sendo por isso de esperar alterações à situação atual. Assim, num quadro de cooperação em matérias de defesa com os PALOP, onde a cooperação bilateral aparece cada vez mais integrada numa cooperação multilateral, procurou-se com este artigo perceber qual a forma de cooperação que Portugal deve adotar neste âmbito para o continente africano.

Abstract

Portugal, Africa and International Cooperation in Defense

Given the current international order, and knowing that globalization has increased the interdependence of the various actors in the international system, Portugal has been developing foreign relations both in multilateral and bilateral ways, and its main cooperation efforts have been directed towards Portuguese speaking countries (CPLP). In consonance with this principle, there was the official opening of the new headquarters of CPLP with state honors last month in Lisbon, which clearly mirrors an intention to further deepen the connections with Portuguese speaking countries in general, and with African Portuguese speaking countries (PALOP) in particular.

Naturally, the cooperation of the Portuguese Armed Forces in matters of defense with PALOP cannot be dissociated from the objectives defined for Portuguese Foreign Policy, which hints at a future change in the current situation. Thus, considering the frame of cooperation with PALOP in matters of defense, in which bilateral cooperation is more and more integrated in multilateral cooperation, with this article we aimed to understand the type of cooperation with the African continent that Portugal should adopt in the future.

“...O importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade, estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo (...). É neste quadro que a política de cooperação (...), vetor essencial da política externa, adquire um particular sentido estratégico...”

(XIII Governo, 1999: 1)

Em fevereiro assistimos à inauguração com honras de Estado da nova sede da CPLP em Lisboa, reforçando assim a intenção já expressa várias vezes por membros do governo de aprofundar ainda mais os laços com os países que falam a mesma língua e, em especial, com África. Como objetivo principal do aprofundamento das relações com a CPLP podemos referir a fundamental contribuição diplomática para influenciar as instituições internacionais¹, bem como a divulgação e reforço da língua portuguesa, mas também interesses económicos, com Portugal a pretender aumentar as relações comerciais que tem com estes países.

Sendo a Política de Defesa Nacional indissociável dos objetivos externos definidos por Portugal, naturalmente que esta situação terá influência nas opções tomadas para a cooperação internacional no âmbito da defesa, nomeadamente em África.

Portugal, país simultaneamente europeu, atlântico e com uma forte ligação cultural a África, tem desenvolvido relações externas de segurança e defesa pelas Forças Armadas, tanto de uma forma multilateral, como bilateral.

No quadro multilateral, destacamos o empenhamento em alianças e organizações internacionais, das quais se distinguem a União Europeia, a NATO, a ONU ou a CPLP. Neste âmbito, as Forças Armadas portuguesas têm dado, desde o início dos anos 90, um importante contributo em teatros de operações como por exemplo o Kosovo, a Bósnia-Herzegovina, o Líbano, o Chade ou o Afeganistão, entre outros.

No plano bilateral, encontramos vários países que já são parceiros na União Europeia ou na NATO, bem como países de áreas regionais de interesse estratégico para Portugal e para estas duas organizações, nomeadamente os países do sul do

1 A título de exemplo refere-se que Portugal já beneficiou do apoio da CPLP na sua candidatura bem-sucedida a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Mediterrâneo. Contudo, o principal esforço da cooperação bilateral desenvolvido por Portugal recai nos países de expressão portuguesa e em especial nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor.

Num quadro de cooperação internacional em matérias de segurança e defesa, onde a cooperação bilateral aparece cada vez mais integrada numa cooperação multilateral, interessa pois perceber qual a forma de cooperação desenvolvida no âmbito da Política de Defesa Nacional pelas Forças Armadas Portuguesas, que Portugal deve adotar para o continente africano.

Abordagem Conceptual da Cooperação

Razões para os Estados Cooperarem

Segundo Cabral Couto (1988: 65), as relações no sistema internacional entre os diversos atores políticos podem ser de “cooperação”, de “acomodação” ou de “conflito”. Assim, as relações entre os diversos intervenientes na cena internacional estão dependentes dos objetivos/interesses em causa, nomeadamente se estamos perante objetivos comuns, valores comuns ou interesses divergentes e ainda se são considerados interesses vitais, importantes ou secundários, condicionando desta forma as opções de Política Externa de cada um dos Estados.

A respeito da cooperação e embora não esteja dentro do âmbito deste artigo discutir sobre as diversas correntes de pensamento nas Relações Internacionais (RI), é conveniente relembrar as teorias realistas e neorealistas por defenderem o papel central do Estado nas RI e a necessidade que estes têm de, muitas das vezes, cooperar e fazer alianças por forma a manter o equilíbrio de poderes e assim assegurar a sua sobrevivência, ou ainda os modelos transnacionalistas ou liberais que enfatizam a interação entre as sociedades, os novos atores e a importância da cooperação num sistema internacional cada vez mais interdependente, tal como é defendido no trabalho de Dougherty e Pfaltzgraff (2003).

Contudo, é também importante revisitar o trabalho de Held, McGrew, Golblatt e Perrattton (1999), uma vez que a globalização assume aqui um papel fundamental ao moldar a nova realidade internacional, em que a intensificação dos principais fluxos e redes globais (nomeadamente comércio, produção e investimento, mercados financeiros, migração e cultura), a aceleração de processos e interações globais assentes na evolução de redes globais de comunicações e transportes, o alargamento de atividades sociais, políticas e económicas que cruzam Estados, regiões e continentes e o crescimento da extensão, intensidade e velocidade das interligações à escala global são uma realidade que coloca a todos os Estados novos e extraordinários desafios.

Estas características inerentes à globalização têm igualmente implicações no contexto de segurança deste século, em que as ameaças transnacionais se apresentam como uma permanente preocupação à segurança nacional e internacional. Sendo já sobrejamente conhecidas, referem-se a título de exemplo a criminalidade organizada (na qual se destaca o tráfico de armas, narcóticos e pessoas), o terrorismo transnacional (muitas vezes, mas não só, associado ao extremismo religioso), a proliferação de armas de destruição maciça (com especial importância em regiões de grande volatilidade) ou os ataques cibernéticos (NATO, 2010: 7-15). Estas ameaças têm nos Estados falhados o ambiente propício à sua propagação e são ainda mais preocupantes quando conjugadas entre si, atingindo assim o seu expoente máximo de perigosidade.

A globalização tem também associado um conjunto de tendências com fortes implicações na relação entre os Estados. Uma das que tem maior impacto na sociedade ocidental é a transferência progressiva do centro de gravidade da economia mundial para a região asiática, principalmente para a China, mas também para a Índia. Este facto, em conjunto com o peso demográfico que esta região representa e o assimilar dos princípios inerentes à economia de mercado que durante 200 anos garantiram a vantagem ao Ocidente, permitiu-lhes uma dinâmica de crescimento imparável (Amado, 2010: 141).

Mas também em outros pontos do globo se verifica o emergir de novas potências económicas, como por exemplo o Brasil, ou o renascer de outras mais antigas, como é o caso da Rússia. Assim sendo, é visível o crescimento de um sistema cada vez mais multipolar em torno das novas potências económicas, ao mesmo tempo que se assiste a uma diminuição cada vez maior da hegemonia e influência do Ocidente, que é, de resto, enfatizada pela crise económica que atravessa.

Indissociável da nova dinâmica da globalização é também o incremento exponencial de novos atores não estatais no sistema internacional, com quem os Estados têm cada vez mais que lidar. A interligação e coordenação com os atores não estatais assume, por isso, um papel incontornável na resolução dos problemas atuais da conflitualidade internacional. É igualmente de destacar o aumento da importância das organizações regionais no plano internacional, procurando maximizar as capacidades do Estado-Nação num mundo cada vez mais globalizado e em que o próprio conceito de soberania tradicionalmente associado ao Estado-Nação se encontra em evolução.

Como corolário do que foi descrito atrás cita-se Marcel Wissenburg (2009: 2):

“...States no longer have the power to make good on their claim to sovereignty: on the one hand they share power with other states and other entities low and high, on the other they cannot (always, fully) control those other entities – nor other states directly or indirectly operating within their respective territories ...”.

Estes factos apontam para o reconhecimento de que este sistema internacional mais global e, por isso também mais complexo, trouxeram um conjunto de problemas que nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho. Paradoxalmente, os Estados veem as suas capacidades de interferir no sistema internacional cada vez mais reduzidas e, por isso, veem-se na necessidade de assentarem as suas políticas externas numa atuação cada vez mais coordenada, onde a cooperação assume um papel fulcral.

Tipologias de Cooperação

As abordagens clássicas às tipologias de cooperações identificam dois tipos de cooperação: a cooperação bilateral e a cooperação multilateral.

É considerada cooperação multilateral quando as atividades são desenvolvidas através de uma organização "...dotada de carácter internacional tendo por membros países cujos governos estão representados, ao mais alto nível, por pessoas no desempenho oficial das suas funções... [e em que os recursos postos à sua disposição são transformados] ... num todo, de tal maneira que perdem a sua identidade para se tornarem parte integrante do seu ativo..." (IPAD, 2004: 4).

Sendo a Defesa um dos bastiões da soberania dos Estados, esta "perda de identidade" associada ao conceito de multilateralidade torna mais apropriado, embora consubstanciando um conceito bem distinto, falar-se em cooperação militar multinacional, tal como podemos verificar no seguinte documento do Ministério da Defesa Britânico, que a define como "*...any arrangement where two or more nations work together to enhance military capability. This can include exchanges and liaison, training and exercising, common doctrine, collaborative equipment procurement, or multinational formations. Nations can either cooperate on a roughly equal basis, or with one or more taking the lead and providing a framework within which others make smaller contributions. In most cooperative arrangements, nations can – and usually do – retain national control over their own forces...*" (Ministry of Defence, 2001: 12).

Por outro lado, a cooperação é considerada bilateral se realizada diretamente entre dois países, podendo ser de vários tipos/naturezas, dos quais destacamos (IPAD, 2004: 4):

- Cooperação Técnica, que tem por objetivo essencial "... aumentar o nível de conhecimentos, qualificações, *know-how* técnico...";
- Ajuda a Programas, que engloba "... as contribuições destinadas a ajudar o país beneficiário a implementar vastos programas de desenvolvimento num setor particular, como a agricultura, o ensino, os transportes, etc. ...".

Em termos militares, o Ministério da Defesa Nacional (MDN) define a Cooperação Militar Bilateral², como sendo as atividades onde são desenvolvidas "...ações concretas entre dois Estados, contribuindo de forma inequívoca e relevante para um maior conhecimento e melhor compreensão dos objetivos e interesses nacionais no domínio da Segurança e da Defesa, acrescida transparência, conciliação de posições e eventual definição de objetivos comuns..." (DGPDN, 1999: 6).

Apesar disso, uma análise aos Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento celebrados bilateralmente por Portugal no domínio da Defesa constantes no Anuário Estatístico da Defesa Nacional, permite concluir que os mesmos já não espelham a aplicação do conceito puro de cooperação bilateral apresentado anteriormente. Isto porque já não estão limitados a uma cooperação entre dois países de forma isolada, estando estas cooperações bilaterais englobadas num enquadramento mais vasto de cooperações multilaterais (MDN, 2008: 63-73).

Temos assim o exemplo da cooperação com os países da Bacia do Mediterrâneo inserido no contexto da Iniciativa de Defesa 5+5; da cooperação com os países do Leste Europeu, que tem a sua origem num quadro de alargamento da NATO e da União Europeia; da cooperação com países do continente sul-americano com interesses relacionados com a conferência ibero-americana; da cooperação com diversos países membros da NATO ou da União Europeia, ou em que essas organizações têm interesses específicos.

Este conceito de cooperação bi-multilateral foi definido em 2005 no documento intitulado de *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* como tendo o propósito de encontrar maneiras de "...potenciar a cooperação bilateral, colocando-a em parceria com esforços multilaterais, e de, ao mesmo tempo, assegurar que os esforços do âmbito bilateral sejam dirigidos de forma coordenada no sentido da convergência com as intervenções de outros parceiros..." (Conselho de Ministros, 2005: 32), em particular na conjugação com a União Europeia.

Dos conceitos de cooperação bilateral e multilateral pode ainda ser deduzido o conceito de cooperação trilateral, pela aplicação dos mesmos a uma esfera específica constituída por três países, onde são conjugados os interesses convergentes e maximizadas as potencialidades de cada um.

2 Ou relacionamento bilateral no domínio da defesa.

A Estratégia Portuguesa para a Cooperação

Documentos Oficiais Identificadores dos Interesses Estratégicos Portugueses Definidos para a Cooperação

As “Grandes Opções do Plano 2010-2013” definidas em 2010 pelo XVIII governo português estão, de alguma forma, alinhadas com o que foi descrito anteriormente. No documento, pretende-se que a política externa portuguesa esteja associada à participação de Portugal no seio das organizações multilaterais a que pertence, como por exemplo as Nações Unidas, a NATO, a UE, a OSCE e a CPLP, sendo também destacadas as ligações bilaterais com os países de língua portuguesa, com a Comunidade Ibero-americana, com os países asiáticos, com a Rússia, com a Ucrânia e com os EUA.

Naturalmente que é dado um especial enfoque à participação na construção europeia, bem como à política de cooperação no âmbito da CPLP, realçada ainda mais pela importância concedida à política de promoção da língua e cultura portuguesa no mundo. Refere-se também o realçar da importância da segurança humana no desenvolvimento da política de defesa nacional, sempre em concordância com a construção da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, com a participação empenhada na NATO e também com o aprofundar da relação com os países da CPLP, em que a Cooperação Técnico-Militar tem particular importância (XVIII Governo, 2010: 75-84).

Todavia, estas linhas de atuação não são novas, tendo a cooperação assumido desde há longa data um papel fulcral na política externa do Estado português e na elaboração de uma estratégia com vista à defesa dos interesses nacionais.

Desde logo podemos referir a aprovação em 1999, pelo Conselho de Ministros do XIII Governo, de um documento intitulado “A cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”, que pretendia definir a orientação estratégica para Portugal. No cerne do documento encontrava-se a necessidade de o país saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da integração na União Europeia com a dinâmica da constituição de uma comunidade assente nos países de língua portuguesa, ou seja, com a CPLP, que entretanto tinha visto o ato constitutivo ser assinado em 1996. Nesta intenção estava presente um sentido estratégico de permitir a Portugal, entre outras coisas, definir um elemento de diferenciação e de afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia, assumindo a cooperação para o desenvolvimento um papel fundamental nesse sentido (XIII Governo, 1999: 14).

Esta ideia seria ainda mantida num documento aprovado em 2005 e intitulado “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, mas agora influenciada pela necessidade de garantir a Portugal uma inserção mais dinâmica nas redes da globalização, possibilitando assim uma maior rentabilização da cooperação portu-

guesa. Pretendia-se, desta forma, orientar a cooperação bilateral e multilateral de modo a aproveitar as vantagens em algumas áreas da coordenação internacional. Tendo como pano de fundo os “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”, aprovados em 2000 na Cimeira do Milénio, esta estratégia para a cooperação refletia a política externa portuguesa nas suas três grandes linhas de ação (Cooperação Portuguesa, 2005: 12):

- A intensificação da relação com os países de língua portuguesa, com especial ênfase para os PALOP e para Timor-Leste, sendo realçado que “...a relação com os países africanos de expressão portuguesa constitui um dos pilares fundamentais da nossa política externa, juntamente com a integração europeia e a aliança atlântica...”;
- A promoção da língua portuguesa no mundo, pois esta “... contribui para a sedimentação, longevidade e proficuidade de uma comunidade linguística que constitui, a um só tempo, um importante contributo histórico português para o mundo, e um trunfo relevante na era da globalização...”;
- A promoção da capacidade de interlocução e influência em redes internacionais cujos centros de decisão são supranacionais, pois “...uma das características mais salientes da cooperação nos anos mais recentes é o enorme reforço da coordenação internacional através dessas redes...”.

Na prática, a importância da CPLP foi consubstanciada pela definição de prioridades para a cooperação portuguesa, como por exemplo a intenção de concentrar os projetos de cooperação no quadro dos países de expressão portuguesa, incluindo as organizações regionais e sub-regionais em que se inseriam, bem como pela determinação do “apoio à lusofonia” como um dos princípios orientadores da cooperação.

Em 2010 é aprovada a “Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral” que tem como objetivo operacionalizar a “Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa” de 2005, passando este documento a servir de base à orientação e à estruturação da coordenação entre os diversos intervenientes institucionais da cooperação portuguesa.

Este documento engloba sete estratégias definidoras das principais linhas de ação a desenvolver no âmbito da cooperação com diversas instituições a que Portugal pertence, nomeadamente: a União Europeia; a CPLP; os fundos e programas do sistema das Nações Unidas para apoio ao desenvolvimento; a OCDE; o fundo global de combate à SIDA, tuberculose e malária; as instituições financeiras internacionais; a Conferência Ibero-americana.

A estratégia de cooperação com a CPLP é apresentada neste documento como uma ferramenta fundamental, em particular pela possibilidade de utilizar a língua comum como potenciadora de intervenções envolvendo vários países lusófonos. Também na estratégia portuguesa de cooperação com a União Europeia é dada

especial importância ao apoio ao compromisso europeu para o desenvolvimento de África, prioritariamente apoiando os interesses dos países com quem Portugal coopera. É aqui claramente destacado o interesse em reforçar a influência da CPLP junto da UE, em particular no domínio do desenvolvimento (IPAD, 2010: 26).

Compete ao IPAD a definição da política de cooperação para o desenvolvimento, incluindo a coordenação dos Programas Integrados de Cooperação (PIC), que constituem os documentos de programação da cooperação. Pretende-se que sejam realizadas reuniões regulares de coordenação com vista à troca sistemática de informação, quer internamente ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), quer com as Embaixadas e Missões diplomáticas, quer com os diversos ministérios sectoriais.

Embora não haja referência expressa nesta “Estratégia” à cooperação no âmbito da defesa, consideramos que estas reuniões também venham a incluir a participação do Ministério da Defesa Nacional (MDN), até porque a Cooperação Técnico-Militar aparece nos PIC, muito embora seja de relembrar que o fornecimento de serviços militares³ não é contabilizado pela ONU como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (IPAD, 2004: 3).

Em relação à participação das Forças Armadas, relembra-se que uma das quatro missões principais das Forças Armadas definidas no “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” (CEDN) é o garante “... da concretização dos objetivos do Estado e da satisfação dos seus compromissos internacionais, atuando como instrumento da política externa ...” (Conselho de Ministros, 2003: 8).

Nesse sentido, o CEDN já definia em 2003 no seu n.º 5 o espaço estratégico de interesse nacional, quer permanente, quer conjuntural. Em relação a este último é identificado o sistema de alianças e organizações internacionais em que Portugal se insere, nomeadamente a ONU, a OSCE, a NATO, a UE, os EUA e a CPLP. Assim, a CPLP é reconhecida neste documento como um instrumento relevante para a afirmação lusófona nas instituições internacionais, sendo a importância no âmbito da defesa nacional consubstanciada nos seguintes objetivos (Conselho de Ministros, 2003: 7):

- Reforçar a sua dimensão de defesa;
- Desenvolver a cooperação de defesa, militar e não militar, numa base solidária, profissional e de respeito mútuo pela individualidade dos Estados;
- Intensificar a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, de forma a contribuir para a valorização do conjunto dos países de língua portuguesa ao nível das Nações Unidas;
- Intensificar as relações bilaterais entre Portugal e os Estados lusófonos.

3 E também o fornecimento de equipamentos e o perdão de dívida com fins militares.

Implicações para a Cooperação Portuguesa em Segurança e Defesa em África

A “Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa” de 2005 definia como orientações gerais para a cooperação uma atenção especial a África assente num “... reforço do espaço lusófono, utilizando a língua comum como potenciadora de intervenções e da constituição de redes no espaço lusófono, por forma a contribuir para o reforço da capacidade de resposta dos países da CPLP aos desafios da globalização...” (Conselho de Ministros, 2005: 6).

Cinco anos mais tarde e de forma a operacionalizar essa estratégia, a “Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral” de 2010 apresentava como um dos objetivos da cooperação portuguesa a contribuição para o reforço da presença e capacidade de influência de Portugal sobre as organizações multilaterais a que pertence, nomeadamente através da operacionalização da abordagem bi-multilateral em todos os níveis de intervenção⁴ (IPAD, 2010: 12).

Também ao nível da cooperação militar, já não é possível falar-se na aplicação dos conceitos puros de cooperação bilateral e multilateral. A cooperação efetuada com o continente africano, de um modo geral, e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em particular, são disso um excelente exemplo.

Pela sua especificidade, o MDN distingue a Cooperação Técnico-Militar (CTM) efetuada com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOP)⁵, das restantes cooperações bilaterais, compreendendo esta atividade um “...conjunto de ações que têm por objetivo a organização, reestruturação e formação dos Ministérios da Defesa Nacional e Forças Armadas dos PLOP, e respetivos militares, obedecendo a princípios de apartidarismo, subordinação aos órgãos de soberania democráticos e legítimos, respeito pelo Estado de Direito e pela boa governação, capacitando aqueles Estados como produtores de Segurança e de Desenvolvimento...” (MDN, 2008: 75).

Verificamos aqui também a necessidade do abandono da diferenciação clássica entre os conceitos bilateral e multilateral, pois se por um lado a CTM com os PALOP é executada através de programas-quadro bilaterais constituídos por projetos, por outro lado ela não se limita apenas à cooperação país a país⁶. A título de exemplo, relembra-se que no Anuário da Defesa Nacional de 2008 a componente de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é definida como um conjunto de ações de cooperação cujo objetivo é “...criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos e de promover uma política comum de cooperação

4 Como por exemplo, ao nível das sedes ou no terreno dos países parceiros da cooperação.

5 Excluindo o Brasil.

6 Embora formalmente se continue a diferenciar a CTM (como cooperação bilateral e assente nos programas-quadro), da cooperação multilateral desenvolvida no seio da CPLP (de que são exemplo os exercícios da série Felino).

nas esferas da Defesa e militar, bem como de contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP...” (MDN, 2008: 75).

Assim, a cooperação está hoje ligada a uma esfera mais vasta de atuação, que poderá ser entendida como uma atuação bi-multilateral relacionada com a segurança e o desenvolvimento, podendo ser desenvolvida no seio de um variadíssimo número de organizações presentes em África, das quais destacamos a Organização das Nações Unidas, a União Europeia, a NATO, a União Africana (UA) ou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No entanto, os Estados com menor capacidade de participação ativa poderão ver os seus interesses estratégicos a serem postos em causa quando a cooperação é integrada numa esfera muito superior, e onde poderá prevalecer a influência de outros atores presentes numa determinada região. Esta situação poderá também aconselhar a opção por uma cooperação militar trilateral em conjunto com outros Estados que tenham grandes interesses e influência na região, mas em que a participação dos Estados de menor dimensão salve os seus interesses estratégicos. Esta forma de cooperação é identificada no Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), sendo referido que “...Portugal estará recetivo ao desenvolvimento de ações de cooperação trilateral com países terceiros que declarem pretender fazê-lo, em favor de um país africano recetor, identificando países a envolver, áreas a cooperar e meios a afetar...” (PAMPA, 2006: 3).

Assim, é conveniente ter em consideração as vantagens e desvantagens comparativas de Portugal face a outros atores presentes em África, palco do principal esforço da cooperação portuguesa. A “Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” de 2005 identifica claramente essas vantagens e desvantagens. Elenca os escassos recursos que Portugal pode colocar à disposição da cooperação como a principal desvantagem, situação ainda mais gravosa pelo facto de existir uma tradição de descentralização orçamental, administrativa e política que se constitui como o maior obstáculo à eficiência da cooperação portuguesa. Apresenta a língua e a história em comum como as principais vantagens comparativas de Portugal, nomeadamente em relação aos PALOP (Conselho de Ministros, 2005: 13).

Síntese dos Principais Atores Presentes no Continente Africano

Principais Atores Externos

Neste início de século assistiu-se a um redirecionamento do interesse de várias potências para África. Muito embora as razões que levaram a esse incremento sejam diversas, é de realçar a necessidade de acesso aos recursos energéticos, pro-

curando estas potências diversificar (e não substituir) as suas fontes. Face à impossibilidade de abordar neste artigo todos os atores externos presentes no continente africano, optámos por apenas fazer uma breve apresentação da China, da Rússia, dos EUA e da União Europeia.

O interesse chinês no continente africano tem vindo a crescer significativamente nos últimos anos. A estratégia chinesa de atuação em África assenta na utilização coerente de instrumentos políticos, diplomáticos, económicos, militares, culturais, entre outros, o que tem garantido à China uma expansão e afirmação no continente africano.

Neste âmbito, salienta-se o *modus operandi* chinês de conceder empréstimos junto dos países africanos para depois perdoar parte da dívida em troca do fortalecimento das relações políticas e económicas, com especial enfoque junto dos países produtores de petróleo, que obtêm vantagens mais significativas. Nestas vantagens incluem-se, a título de exemplo, o apoio político na ONU, a possibilidade de anulação total da dívida ou o reforço do financiamento, quer para a construção de infraestruturas, para projetos de desenvolvimento ou para cooperação militar (Carriço, 2008).

Embora a cooperação chinesa tente alargar ao máximo a sua esfera de influência a todos os países africanos que lhes possam garantir o acesso aos recursos de que necessitam, está presente com maior significado nos países onde a influência ocidental é mais diminuta (como é o exemplo do Sudão), muito devido ao facto de a China, ao contrário do que é feito pelos países ocidentais, não fazer depender a sua ajuda externa de contrapartidas nas áreas dos Direitos Humanos, da Governação, etc. Não obstante, a sua presença é já significativa em diversos países africanos, como por exemplo Angola, Sudão, Argélia, Guiné Equatorial, Congo, Egito, Nigéria, Líbia, Tunísia, Maurítânia, Chade, etc.

Assim, podemos resumir a atuação da China em África em três grandes linhas de ação:

- Aumentar a sua influência política junto dos países africanos de forma a ampliar a sua capacidade de intervenção em África;
- Garantir o acesso aos recursos energéticos e às matérias-primas que lhe permita manter o crescimento da sua economia;
- Permitir a abertura dos mercados africanos às suas empresas e aos seus produtos.

Em relação à Rússia, é de referir que a sua presença no continente africano não é muito significativa. Podemos, no entanto, apontar como exemplo das ações desenvolvidas pelos Russos no continente africano, a sua atuação ao nível da segurança, com Moscovo a aumentar a sua participação em operações de apoio à paz sob a égide da Organização das Nações Unidas e também a incrementar o seu papel na luta contra a pirataria no Golfo de Áden. Em contrapartida, tem mantido,

tal como a China, o apoio a alguns regimes não democráticos, como é o caso do Sudão, evitando assim colocar em causa os seus interesses económicos na região (Jesús, 2010: 72-73).

É, por isso, possível identificar dois grandes objetivos no relacionamento da Rússia com África:

- Por um lado, manter a ligação aos países que estiveram sob a esfera comunista, contrariando assim a influência das potências ocidentais em África;
- Por outro lado, encetar relações com países africanos numa base mais económica do que política, com o objetivo primário de garantir o acesso aos recursos energéticos, situação de especial importância no que respeita ao controlo do gás que é fornecido à Europa pelos países do norte de África.

Sobre os Estados Unidos, a importância dada a este continente é passível de ser verificada na criação do AFRICOM, bem como no desenvolvimento de programas de apoio à segurança.

Se tivermos em consideração a *U.S. Policy in Africa in the 21st Century*, verificamos que esta assenta em quatro grandes prioridades: a primeira é o providenciar de programas de apoio à segurança que garantam a paz no continente africano; a segunda é a promoção de práticas e sistemas democráticos; a terceira é a promoção do crescimento económico sustentado assente numa economia de mercado; e a quarta é a promoção da saúde e do desenvolvimento social (Carter, 2009: 21).

Em relação à primeira prioridade identificada, que é a mais relevante para o presente artigo, é de referir que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento de capacidades africanas de segurança a três níveis: ao nível da União Africana, ao nível das organizações sub-regionais de segurança e ao nível dos Estados africanos. São exemplos desta forma de atuação o apoio em termos de aconselhamento e equipamentos dado ao QG da União Africana, nomeadamente no planeamento e monitorização, bem como o apoio logístico fornecido à ECOWAS.

Nesse âmbito, realça-se também o programa *Africa Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA), criado em 2002, com o objetivo de treinar forças militares africanas, com vista à integração no *Africa Standby Force*. Sobre este ponto convém ainda referir o apoio prestado à concretização dos centros de instrução e treino localizados em diversos países de África, como por exemplo no Senegal, no Ghana, na África do Sul, no Mali e no Quênia.

É por isso possível reconhecer que o interesse dos EUA em África é moldado principalmente pela necessidade de deter o crescimento do terrorismo islâmico no continente africano, mas também pelo interesse em assegurar o acesso aos recursos energéticos, procurando assim diversificar as suas fontes. A estas necessidades está também associado o objetivo de contrapor a crescente influência de outros atores internacionais em África, nomeadamente da China.

Assim, os interesses americanos concentram-se fundamentalmente no norte de África e na região do “Corno de África”, por razões inerentes à luta contra o terrorismo, e no Golfo da Guiné, por razões de acesso aos recursos.

No tocante à União Europeia, destaca-se o apoio dado à implementação do NEPAD em 2001 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento socioeconómico do continente africano, fazendo depender essas ajudas da concretização pelos países africanos de metas ligadas à boa governação, ao respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades individuais, etc. A aprovação da “Estratégia Conjunta UE-África” em 2007 reforça assim o objetivo de aprofundar a cooperação entre os dois continentes para melhor apoiar o desenvolvimento do continente africano.

Mas o interesse da União Europeia em África também tem de ser visto na ótica da forte ligação histórica existente entre este continente e alguns dos seus Estados membros, como é o exemplo da França, da Inglaterra ou de Portugal. Assim, o estreitamento dos laços entre a UE e África, nomeadamente através da União Africana e demais organizações regionais africanas, também procura responder à crescente ameaça que passou a pairar sobre os interesses estratégicos de alguns dos seus Estados membros, pelo facto de os países emergentes de um modo geral, e a China em particular, terem cada vez maior influência junto dos países africanos francófonos e anglófonos (e naturalmente também lusófonos).

No âmbito da segurança e defesa realça-se o programa EURORECAMP que procura garantir o treino individual dos militares africanos e o treino das unidades africanas em Operações de Apoio à Paz com vista à formação da *African Standby Force* (ASF), em particular das brigadas a fornecer pela ECOWAS/CEDEAO, a SADC e a ECCAS/CEEAC.

Atores Regionais Africanos

Na cimeira de Lomé, em 2000, é adotado o Ato Constitutivo da União Africana, tendo a primeira assembleia sido reunida dois anos depois em Durban a 9 de julho de 2002. Muito embora a Paz e Segurança não fizesse inicialmente parte do Ato Constitutivo, uma retificação em 2003 alterou esta situação, passando a União Africana a atuar fundamentalmente em três eixos principais:

- A promoção da integração política e socioeconómica;
- A promoção do desenvolvimento sustentado;
- A promoção da paz e segurança.

Em relação a este último eixo, refere-se o desenvolvimento da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) assente no desenvolvimento de capacidades a dois níveis (que se pretendem interligados e complementares): ao nível da União Africana e ao nível das organizações sub-regionais africanas.

A ligação entre estes dois níveis é feita principalmente através do Conselho para a Paz e Segurança (PSC), que tem a função de decisão e execução dos assuntos relacionados com a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos em África (incluindo a edificação de um *Early Warning System*). De forma a permitir o cumprimento das decisões feitas pelo PSC no que respeita à execução de Operações de Apoio à Paz, a UA definiu no artigo 13.º do Protocolo para a implementação do PSC a intenção de criar a *African Standby Force* (ASF).

A respeito do *Early Warning System*, pretende-se que seja um mecanismo transversal a todas as organizações e que permita o alerta oportuno de potenciais conflitos e ameaças à paz, de forma a possibilitar a previsão e prevenção dos mesmos. Tal como o financiamento, também aqui o grau de desenvolvimento é muito diferente consoante a organização em causa. A este nível, apenas a ECOWAS e a IGAD dispõem de um sistema operacional, embora ainda existam limitações na troca de dados com a UA.

Sobre a *African Standby Force*, refere-se que a sua constituição tem como principal objetivo garantir a União Africana (e suborganizações) de uma capacidade que permita desenvolver Operações de Apoio à Paz (nas suas várias vertentes). Pretendia-se que esta força tivesse cerca de 15.000 efetivos até junho de 2010 e fosse formada com base em cinco Brigadas assentes nas seguintes cinco organizações sub-regionais: a "*Economic Community of West African States*" (ECOWAS/CEDEAO), a "*Southern African Development Community*" (SADC), a "*Economic Community of Central African States*" (ECCAS/CEEAC), a "*Intergovernmental Authority for Development*" (IGAD) e a "*Union du Maghreb Arabe*" (UMA).⁷

Apesar dos esforços nesse sentido realizados pelos países africanos, pelas organizações africanas e pela comunidade internacional, esse objetivo não foi cumprido e ainda está longe de ser alcançado. Como razões para esse facto destacam-se os diferentes níveis de integração que as comunidades têm, mas também os fortes condicionamentos dos recursos financeiros e humanos disponíveis.

Em relação aos recursos financeiros, refere-se que a situação é bem diferente consoante a organização em causa, muito embora para todas elas e por norma os recursos disponíveis sejam considerados insuficientes. Indissociável desta situação está a proveniência dos fundos, que são o resultado quer de contribuições dos respetivos Estados Membros da UA⁸, quer (e principalmente) de contribuidores externos a África.

7 Destas comunidades realça-se, pela importância que têm para Portugal, a ECOWAS/CEDEAO, devido ao facto de a Guiné-Bissau e Cabo Verde serem seus membros, a SADC por englobar Angola e Moçambique e a ECCAS/CEEAC por incluir Angola e S. Tomé e Príncipe.

8 Sendo que as contribuições internas, além de reduzidas, são muitas vezes agravadas pela consecutiva falha de alguns países membros.

A ECOWAS é uma das organizações sub-regionais que mais apoios tem recebido, nomeadamente de França, pela importância que tem a presença dos países francófonos nesta organização.⁹ Talvez por isso, esta organização seja considerada uma das que mais evoluiu no âmbito da APSA (a par da IGAD e logo seguida pela SADC), sendo de destacar o emprego de forças militares em diversas Operações de Apoio à Paz, nomeadamente na Libéria em 1990-1997 e 2003, na Serra Leoa em 1997-1999, na Guiné-Bissau em 1998-1999 ou na Costa do Marfim em 2003-2004¹⁰ (Klingebiel, Blohm e Eckle, 2008: 36).

Mas os problemas não são apenas de índole financeira, pois em muitos casos a credibilidade e legitimidade destas organizações é colocada em causa, uma vez que existe sempre a possibilidade de os órgãos responsáveis pela APSA, aos vários níveis, incluírem na sua composição países que não respeitem os valores da democracia ou dos direitos humanos.

A CPLP e o PAMPA

A “declaração constitutiva” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é aprovada em Lisboa a 17 de julho de 1996, tendo como objetivos, entre outros, a cooperação em todos os domínios, com exceção da segurança e defesa. Este domínio seria posteriormente formalizado em 2002 na IV Conferência de Chefes de Estado e do Governo, embora desde 1998/99 se realizassem reuniões de ministros da defesa e reuniões de CEMGFA.

Também a dinâmica da Cooperação Técnico-Militar foi fundamental para o aprofundamento dos laços entre Portugal e os diversos países da CPLP, tendo a relação bilateral existente sido complementada com um novo relacionamento multilateral que potenciase o aproveitamento das capacidades que os vários membros da CPLP tinham nas mais diversas áreas. Procurava-se assim obter benefícios mútuos num quadro alargado que ficou conhecido por “globalização da cooperação técnico-militar”.

O aumento da cooperação levou à assinatura em 2006 do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, tendo sido identificadas novas áreas de cooperação a serem desenvolvidas, nomeadamente, a preparação e o treino de unidades militares que possibilitassem a participação no quadro de operações huma-

9 Refere-se ainda a presença de outros contribuidores, como a União Europeia, o Reino Unido, o Canadá, os EUA e a Alemanha.

10 Não obstante existirem ainda graves lacunas, como é o exemplo da deficiente unidade de Comando e Controlo, das grandes diferenças no treino e nas capacidades dos diversos contingentes nacionais, na ausência de logística conjunta e combinada, etc.

nitárias e de manutenção de paz; a criação e sustentação de estabelecimentos de ensino militar para utilização comum; a realização de ciclos de conferência anuais sobre segurança e defesa; e a criação do Centro de Análise Estratégica (CAE).

A preparação e o treino de unidades militares que possibilitassem a participação em operações de apoio à paz no âmbito das organizações regionais e sub-regionais africanas¹¹, bem como a necessidade de formação dos militares que as integrariam, deu origem à aprovação na CPLP do “Programa Integrado de Intercâmbio no Domínio da Formação Militar”, ao desenvolvimento de “Centros de Excelência” de formação de formadores (como é o exemplo da criação do Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz, em Angola) e ao “Programa Integrado de Exercícios Militares Combinados no Âmbito da CPLP” (este último materializado na condução anual de exercícios da série “Felino”).

Neste âmbito, mas ao nível nacional, destaca-se a aprovação em 2006 pelo governo português do Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA). Este programa, inspirado no seu congénere francês RECAMP, desenvolve-se em torno de quatro grandes eixos de ação (PAMPA, 2006: 1):

- 1.º Eixo – Capacitação institucional no âmbito da segurança e defesa, apoiando para isso os processos de reestruturação da Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas dos PALOP;
- 2.º Eixo – Formação de militares dos países africanos. Constituindo este eixo uma componente fundamental do PAMPA, pretende desenvolver programas de formação e instrução militar com vista à valorização do fator humano das forças armadas dos PALOP;
- 3.º Eixo – Cooperação com organizações regionais e sub-regionais africanas, sendo explicitado no programa a intenção de apoiar a capacitação dos PALOP na área das operações de manutenção de paz e humanitárias, com vista à sua participação em ações desenvolvidas pela União Africana, pela SADC, pela CEDEAO, ou mesmo pela CPLP.
- 4.º Eixo – Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das organizações de segurança e defesa (em particular NATO e UE), no sentido de garantir a prossecução de políticas e estratégias direcionadas ao apoio à Reforma do Setor de Segurança (RSS) em África e que isto seja conseguido, preferencialmente, através da incorporação nestas organizações do conhecimento, da experiência e da visão portuguesas.

11 Nomeadamente a União Africana, a ECOWAS, a ECCAS e a SADC.

Conclusões

A globalização, o aumento da importância dos atores regionais, o emergir de novas potências económicas e a multiplicação de atores no sistema internacional, tem levado à diminuição da capacidade de intervenção dos Estados no sistema internacional. Esta situação obrigou a uma alteração na forma como os Estados se relacionam entre si, potenciando a importância da cooperação na política externa dos Estados com o objetivo de defenderem os seus interesses estratégicos.

Portugal não é exceção e tem desenvolvido nos últimos anos intensos esforços no sentido de maximizar as suas atividades de cooperação nos diversos domínios, tendo na afirmação da língua portuguesa no mundo o elemento catalisador de todas estas ações de cooperação.

A UE, as Nações Unidas, a NATO, a OSCE, os EUA e a CPLP são referenciados nos principais documentos estruturantes da política externa portuguesa como fazendo parte do espaço estratégico conjuntural. Mas é a CPLP, e em particular os PALOP, que constituem o laboratório privilegiado para as ações de cooperação portuguesas com vista à projeção do país nas outras organizações internacionais a que pertence, nomeadamente na União Europeia.

A cooperação no domínio da defesa, como parte integrante da política externa portuguesa, obedece às mesmas linhas gerais de atuação, tendo a Cooperação Técnico-Militar vindo a desempenhar um papel fulcral ao longo dos anos. Assim, a defesa dos interesses estratégicos de Portugal aconselha a um aumento da cooperação com outros países ou organizações presentes em África que façam parte do espaço estratégico de interesse conjuntural português, como por exemplo a União Europeia e os EUA, de forma a contrariar interesses concorrentes de outros países, como sejam a China ou a Rússia. Contudo, a opção pelo tipo de cooperação no domínio da defesa a desenvolver é distinta consoante os atores que estão em causa.

Em relação à cooperação bilateral portuguesa em defesa com os PALOP, espelhada nos programas-quadro, poderemos dizer que tem vindo a “globalizar-se” e, embora na sua maioria ainda seja bilateral, tem sido cada vez mais integrada numa abordagem bi-multilateral no âmbito da CPLP. A evolução da cooperação bilateral neste sentido é a que nos parece mais acertada, pois permite maximizar as capacidades dos vários países em benefício mútuo, onde Portugal, a par do Brasil, conseguirá assumir um papel de liderança. Naturalmente que a clara ascensão do Brasil como potência global, implicará um aprofundar da relação com este país lusófono num conjunto de áreas, incluindo a cooperação em segurança e defesa.

Já no caso da cooperação com África no âmbito da União Europeia, a opção de cooperação bi-multilateral com a União Europeia apresenta vantagens, mas também desvantagens. Como vantagens refere-se a possibilidade de cativar recursos e ao mesmo tempo de se afirmar no seio da UE como ator importante na cooperação

com África, permitindo assim minimizar as desvantagens comparativas portuguesas, nomeadamente os escassos recursos que dispõe, e maximizar as suas vantagens comparativas, em particular a língua, a história e a cultura que partilha com os PALOP. Apesar disso, a cooperação bi-multilateral também apresenta grandes problemas, pois existe sempre o perigo de Portugal perder a influência que tem junto dos PALOP e de ver as suas ações diluídas numa cooperação direta com a União Europeia, ou com outros países da União Europeia com maior capacidade de intervenção, como sejam a França e a Inglaterra, e cujos interesses assentam na expansão, respetivamente, da francofonia e anglofonia.

Esta dualidade aconselha que Portugal tenha opções distintas consoante a situação em causa. No nosso entender, deverá desenvolver uma cooperação bi-multilateral com a União Europeia nas áreas em que possa liderar os projetos (incluindo os que tenham a participação de outros países europeus), obtendo assim acesso a fundos que de outra forma não conseguiria. Mas deve optar por outra solução nas situações em que não consiga maximizar as suas vantagens comparativas. Nestes casos, a opção de cooperação trilateral com os EUA (que têm especial interesse no Golfo da Guiné), apresenta-se como uma alternativa bastante viável, pois permite contrapor os interesses de outros atores europeus, nomeadamente franceses e ingleses. É, no entanto, fundamental que nestas situações sejam evitadas eventuais tentativas de subalternização da participação portuguesa.

Em termos de áreas de atuação, consideramos que a formação é sem dúvida uma área fulcral para os interesses de Portugal, pois aliada à grande competência, ao conhecimento e experiência que os militares portugueses já adquiriram com os anos da CTM, existe ainda a facilidade no relacionamento com os países beneficiários da cooperação (em relação a outros atores), quer seja por motivos relacionados com a língua em comum, quer seja pela história e cultura que nos liga aos PALOP.

Assim, consideramos que o desenvolvimento dos projetos no âmbito do PAM-PA permite, mediante as situações, fazer a opção entre a bi-multilateralidade ou a trilateralidade descrita atrás, nomeadamente no que respeita à formação de militares dos PALOP e ao treino das respetivas unidades com vista à participação em Operações de Manutenção de Paz e Humanitárias no âmbito da *African Standby Force* da União Africana e das Brigadas da SADC, da CEDEAO ou da ECCAS.

Nesse sentido, o desenvolvimento de “Centros de Excelência” de formação de formadores distribuídos pelos PALOP, no âmbito da CPLP, com vista a permitir a sua utilização por outros países africanos pertencentes às três organizações sub-regionais com interesse para a CPLP, representa também uma mais-valia que deve ser explorada. Apresentamos como exemplo o Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz em Angola, muito embora reconheçamos que não é fácil competir com os centros congêneres francófonos e anglófonos.

De forma resumida, poderemos concluir que a área primordial para cooperação portuguesa em defesa em África deverá ser a formação, sendo a opção pelo tipo de cooperação no domínio da defesa agrupada em três grandes tipos:

- Abordagem bi-multilateral no âmbito da CPLP com Portugal, a par do Brasil, a liderar;
- Cooperação bi-multilateral com a União Europeia nas áreas em que Portugal possa liderar os projetos, com o objetivo de se afirmar no seio da UE como ator importante na cooperação com o continente africano e ao mesmo tempo cativar recursos de que tanto necessita;
- Cooperação trilateral com os EUA como forma de evitar que as suas ações sejam diluídas numa cooperação direta com a União Europeia. No entanto, deveram ser acauteladas eventuais tentativas de subalternização da participação portuguesa.

Desta forma, a opção pela cooperação internacional em defesa assente na bi-multilateralização e na trilateralização permite contribuir para a afirmação de Portugal na CPLP e na União Europeia, bem como para a sua projeção no mundo.

Bibliografia

- Amado, Luis (2010). *A Política Externa Portuguesa: Pilares da Estratégia Nacional*. Lisboa: Prefácio.
- Astor, Luis Díaz-Bedia (2008). “La Política de Seguridad de Estados Unidos na África Subsahariana”. *Revista General de Marina*, março de 2008, pp. 18-24.
- Bernardino, Luís Manuel Brás (2008a). “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Uma Década de Segurança e Defesa”. *Revista Militar*, abril de 2008, pp. 11-16.
- Bernardino, Luís Manuel Brás, (2008b). *Estratégias de Intervenção em África*. Lisboa: Prefácio.
- Berschinski, Robert G. (2007). *Africom's Dilema: The “Global War on Terrorism”, “Capacity Building”, Humanitarianism, and the Future of U.S. Security Policy in Africa*. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.
- Bogland, Karin e Egnell, Robert (2008). *The African Union – A Study Focusing on Conflict Management*. Stockholm: FOI - Swedish Defence Research Agency.
- Cardoso, Fernando e Ferreira, Patrícia (2005). *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto Estudos Estratégicos Internacionais.

- Carrigo, Alexandre (2008). “A China em África e o Caso da Cooperação Sino Moçambicana” (Parte 1). *Revista Militar*, fevereiro 2008. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=241>> [Acedida em 18 de janeiro de 2012].
- Carter, Phillip (2009). *U.S. Policy in Africa in the 21st Century*. Washington, DC: The Africa Center for Strategic Studies. Disponível em <http://www.state.gov/p/af/rls/rm/2009/117326.htm>> [Acedida em 17 de fevereiro de 2012].
- Cilliers, J. (2004). *Human Security in Africa: A Conceptual Framework for Review*. Disponível em <http://www.africanreview.org>> [Acedida em 20 de janeiro de 2012].
- Combined Joint Task Force–Horn of Africa. *About the Combined Joint Task Force–Horn of Africa*. [em linha] Disponível em <http://www.hoa.africom.mil/>> [Acedida em 17 de janeiro de 2012].
- Conselho de Ministros (2003). *Conceito Estratégico da Defesa Nacional*. Lisboa: Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. [em linha] Disponível em <http://www.emfa.pt/www/conteudos/informacao/legislacao/DefesaNacional/ConceitoEstrategicodeDefesaNacional.pdf>> [Acedida em 24 de janeiro de 2012].
- Conselho de Ministros (2005). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: Resolução da Presidência de Conselho de Ministros n.º 196/2005 de 24 de novembro. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/244B00/71807201.PDF>> [Acedida em 18 de janeiro de 2012].
- Conselho de Ministros (1999). *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI*. Lisboa: Resolução da Presidência de Conselho de Ministros n.º 43/1999 de 29 de abril. XIII Governo. Disponível em <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/legislacao/res43-1999-secXXI.pdf>> [Acedida em 27 de janeiro de 2012].
- Conselho de Ministros (2010). *Grandes Opções do Plano 2010-2013*, Lisboa. XVIII Governo. Disponível em http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP_2010-2013_VF.pdf> [Acedida em 24 de fevereiro de 2012].
- Couto, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia - Volume I*. Lisboa: IAEM.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1998). *Iª Reunião dos Ministros da Defesa*. Lisboa: CPLP.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1999). *IIª Reunião dos Ministros da Defesa*. Lisboa: CPLP.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2006). *Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa*. Praia: CPLP.

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2010). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. CPLP.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Sobre a CPLP*. Disponível em <http://www.cplp.org/id-45.aspx> [Acedida em 10 de janeiro de 2012].
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Objetivos do CAE*. Disponível em http://www.caecplp.org/quem_somos/index.html [Acedida em 12 de fevereiro de 2012].
- Cruz, António Martins da (2009). *Portugal no Mundo: Pilares de uma Estratégia Nacional*. Lisboa: IDN.
- Dougherty, J. e Pfaltzgraff, R.L. (2003). *Relações internacionais – As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
- Direção Geral de Política de Defesa Nacional (1999). *Súmula n.º 61 – Relações Bilaterais na Área da Defesa e Militar com Países da Europa, do Magrebe, EUA, Brasil e também China*. Lisboa: Direção Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional.
- Economic Community of Central African States. *About ECCAS*. Disponível em <http://www.ceeac-eccas.org> [Acedida em 5 de janeiro de 2012].
- European Center for Development Policy Management (2009). “A Estratégia Conjunta UE-África: Dez Desafios para o Sucesso”. *In Brief n.º 23 de março*. Maastricht: ECDPM
- Economic Community of West African States (s.d.). *About ECOWAS*. Disponível em <http://www.comm.ecowas.int> [Acedida em 5 de janeiro de 2012].
- Energy Information Administration (s.d.). *Country Analysis Brief China*. Disponível em <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Background.html> [Acedida em 12 de janeiro de 2012].
- EURORECAMP (s.d.). *About AMANI AFRICA – EURORECAMP*. Disponível em <http://www.amaniafricacycle.org/spip.php?article2> [Acedida em 12 de janeiro de 2012].
- Fanta, Emmanuel (2009). *The Capacity of African Regional Organisations in Peace and Security*. Florence: European University Institute. Disponível em <http://erd.eui.eu/media/fanta.pdf> [Acedida em 12 de fevereiro de 2012].
- Ferreira, Manuel Ennes (2009). “O gás africano e o cerco russo”. *Expresso*, 18 de julho de 2009.
- Ford, Neil (2007). “Power Struggle”. *Jane’s Intelligence Review*, janeiro, pp.15-17.

- Forum on China-Africa Cooperation. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/> > [Acedida em 20 de janeiro de 2012].
- Held, David; Mcgrew, Anthony; Golblatt, David e Perratton, Jonathan (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Stanford: Stanford University Press.
- Huntington, Samuel P. (2003). "America in the World". *The Hedgehog Review*, Spring, pp.17-22.
- Ihonvbere, Julius O. (1994). "Pan-Africanism: Agenda for African Unity in the 1990s". *The All-African Student's Conference*. Peter Clark Hall, University of Guelph, Ontario, Canada.
- International Institute for Strategic Studies (2008). "Russia. Arms Trade". *The Military Balance 2008*.
- International Institute for Strategic Studies (2009). "Russia Arms Trade". *The Military Balance 2009*.
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2004). *O que é a APD?* Lisboa: IPAD.
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010). *Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral*. Lisboa: IPAD.
- Jesús, Carlos Echeverría (2010). "El Papel de las Grandes Potencias con una Proyección Significativa en África Subsahariana". *Monografías del CESEDEN* n.º 117, maio, pp. 20-27.
- Jiang, Wenran (2007). "Hu's Safari: China's Emerging Strategic Partnership in Africa". *China Brief* Volume: 7 Issue: 4, pp.21-25.
- Klingebiel, S.; Blohm, T.M. e Eckle, R. (2008). *Donor Contributions to the Strengthening of the African Peace and Security Architecture*. Bonn: German Development Institute (DIE).
- Landsberg, Christopher (2004). *The Fifth Wave of Pan-Africanism. Adebajo, West Africa's Security Challenges – Building Peace in a Troubled Region*. Boulder: Lynne Rienner.
- Lake, Anthony e Tood, Whitman Christine (2005). *More than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa*. Independent Task Force Report nº56, Council on Foreign Relations.
- Marchueta, Maria Regina, (2003). *A CPLP e seu Enquadramento*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- Martins, Vasco (2010). "BRICing Angola: Russia steps". *IPRIS - Lusophone Countries Bulletin*, janeiro, pp.13-17.
- Ministério da Defesa Nacional (2006). *Programa de Apoio às Missões de Paz em África*. Lisboa: MDN.
- Ministério da Defesa Nacional (2008). *Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2008*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- UK Ministry of Defence (2001). *Paper 2 - Multinational Defence Cooperation*. London.
- Monjardino, Carlos Valente (2002). *A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Moreira, Adriano (2009). "A Língua e o Conceito Estratégico Português" em *Pilares da Estratégia Nacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Prefácio.
- Nathan, Laurie (2010). "The Peacemaking Effectiveness of Regional Organizations". *Centre, C.S.R. Working Paper no. 81 - Global and Regional Axes of Conflict*, London: Department for International Development.
- NATO (2010). *Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. Lisboa: NATO.
- Ney, Joseph S. Jr (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- Obama, P.E. (2009). "President addresses the Ghanaian Parliament in Accra". Office of the Press Secretary.
- ONGD Plataforma Portuguesa (2010). *A Estratégia Conjunta África-UE: Análise e Desafios da implementação*. Lisboa: IPAD.
- ONU (2003). *Human Security – Now*. New York:UN.
- ONU (2003). *United Nations Peace Operations 2009 year in review*. New York: UN.
- Pout, Christian E. B. (2007). "The European Union (EU): African Peace and Security Environment's Champion?". *Poits de vue*, Fondation pour la Recherche Stratégique.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RECAMP. *About RECAMP*. Disponível em http://www.un.int/france/frame_anglais/france_and_un/france_and_peacekeeping/recamp_eng.htm [Acedida em 20 de fevereiro de 2012].

- Rios, Xulio (2008). *China-África: el Modelo de Pekín*. Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional.
- Roque, Fátima Moura (2007). *África, a NEPAD e o Futuro*. Luanda: Texto Editores.
- Southern African Development Community. *About SADC*. Disponível em <http://www.sadc.int/> > [Acedida em 24 de janeiro de 2012].
- Sautman, Barry V (2006). "Friends and Interests: China's Distinctive Links with Africa". Working Paper No. 12. Center on China's Transnational Relation.
- Serafino, Nina M. (2006). *The Global Peace Operations Initiative: Background and Issues for Congress*. CRS Report for Congress.
- Teixeira, Nuno Severiano (2009). *Contributos para uma Política de Defesa: julho de 2006 a julho de 2009*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- União Africana (2000). *Ato constitutivo da UA*. Lomé: União Africana.
- União Africana (2003). *Protocol on Amendments to the Constitutive Act of the African Union*. União Africana.
- União Africana. *AU in a Nutshell*. Disponível em <http://www.au.int/en/about/nutshell> > [Acedida em 18 de fevereiro de 2012].
- UE-UA (2007). *The Africa-EU Strategic Partnership: A Joint Africa-EU Strategy*. Lisboa: UE-UA.
- USAFRICOM. *About United States Africa Command*. Disponível em <http://www.africom.mil/> > [acedida em 12 de janeiro de 2012].
- US Department of State. *IMET*. Disponível em <http://www.state.gov/t/pm/ppa/sat/c14562.htm> > [Acedida em 06 de fevereiro de 2012].
- Wissenburg, Marcel (2009). *Political Pluralism and the State – Beyond Sovereignty*. New York: Routledge.